

## **ECONOMIA DA PESCA ARTESANAL: O CASO DO BAIRRO DA PENHA EM JOÃO PESSOA/PB \***

**Ismael Xavier de ARAÚJO**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação Geografia - PPGG, Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Cidade Universitária - Campus I, 58059-900 João Pessoa, PB, Brasil. e-mail: araujoismael@hotmail.com

**Eduardo Rodrigues Viana de LIMA**

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Cidade Universitária - Campus I, 58059-900 João Pessoa, PB, Brasil. e-mail: eduvianalima@gmail.com

**Roberto SASSI**

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Sistemática e Ecologia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Cidade Universitária - Campus I, 58051-900 João Pessoa, PB, Brasil. e-mail: sassi\_rs@yahoo.com.br

**Resumo:** O modelo urbano e sua complexidade, à maneira que alcança as comunidades tradicionais de pesca artesanal têm contribuindo para gerar o desinteresse do pescador artesanal pela atividade pesqueira e demais atividades relacionadas ao mar. As comunidades tradicionais estão recebendo pressões, influências e oportunidades de novas atividades econômicas inerentes ao espaço urbano. Por outro lado, a pesca na Paraíba é marginalizada historicamente pela sociedade civil, por empresários e governos. O quadro econômico para o setor desestimula o pescador a permanecer nesta atividade. O salto qualitativo deve advir de uma análise que considere a complexidade deste setor, que compreende atividade de segurança alimentar. Se for vista de forma a ser considerada uma atividade econômica que pode ser diversificada, tende a gerar mais emprego e renda, garantindo a produção de proteína saudável, lazer e entretenimento, mesmo na condição de moradores urbanos, pois as atividades ligadas ao mar podem ser exploradas prioritariamente pelos moradores da comunidade tradicional, considerando que o processo de urbanização deve trazer elementos que venham a garantir a permanência e diversificação econômica da comunidade artesanal. Entretanto, o que ainda se vê é o capital atuando de forma mais rápida e planejada sobre a comunidade tradicional, pressionando suas atividades e desestimulando o profissional pescador a continuar atuando nesta profissão e em atividades relacionadas. Neste contexto, se objetiva com este texto sugerir possibilidades de diversificação e fortalecimento das atividades econômicas relacionadas ao mar, incluindo social e economicamente os pescadores artesanais e suas famílias.

**Palavras Chave:** Pesca Artesanal, comunidade tradicional, urbanização, diversificação econômica, segurança alimentar.

### **ECONOMÍA PESQUERA ARTESANAL: EL CASO DEL BARRIO DE PENHA EN JOÃO PESSOA/PB**

**Resumen:** El proceso de urbanización y su complejidad, por la manera que ha alcanzado a las comunidades tradicionales de la pesquera artesanal, ha tradicional comunidades están contribuyendo para generar el desinterés de los pescadores artesanales a la actividad pesquera y otras actividades relacionadas con el mar. Las comunidades tradicionales están recibiendo presiones, influencias y oportunidades de nuevas actividades económicas propias del espacio urbano. Por otro lado, la actividad pesquera en Paraíba ha sido históricamente marginada de la sociedad civil por los empresarios y los gobiernos. El marco económico para el sector desalienta a los pescadores a permanecer en esta actividad. El salto cualitativo debe ser resultado de un análisis que considere su complejidad como actividad de seguridad alimentaria. Si es vista con el fin de ser considerado una actividad económica que puede ser diversificada, tienden a generar más empleos e ingresos, garantizando la producción de proteínas saludables, ocio y entretenimiento, incluso en la condición de habitantes urbanos, porque las actividades relacionadas con el mar pueden ser exploradas como una prioridad por los residentes de la comunidad tradicional, mientras que el proceso de urbanización debe traer elementos que garanticen la permanencia y diversificación económica de la comunidad de artesanal. Sin embargo, lo que se ha visto aún es el capital que actúa más rápidamente y de amplio planteamiento bajo a comunidades las tradicionales, presionando a sus actividades y desalentando el pescador profesional para continuar actuando en esta profesión y en actividades relacionadas. En este

---

\* Texto produzido a partir de pesquisa em curso de doutorado, em andamento.

contexto, el objetivo con este texto sugiere posibilidades de diversificación y fortalecimiento de las actividades económicas relacionadas con el mar, incluidos los pescadores artesanales social y económicamente y sus familias.

**Palabras-Clave:** Pesca Artesanal. Comunidad tradicional. Urbanización. Diversificación económica. Seguridad alimentaria.

### **THE ARTISANAL FISHING ECONOMY: THE CASE OF THE DISTRICT OF PENHA IN JOÃO PESSOA/PB**

**Abstract:** The way the urbanization process and its complexity have been reaching the traditional artisanal fishing communities is contributing to generate a lack of interest of the artisanal fisherman for fishing and other activities related to the sea. Traditional communities are being pressured, influenced and are receiving opportunities for new economic activities related to the urban space. On the other hand, fishing in Paraíba has been historically marginalized by civil society, business and governments. The economic scene for the sector discourages fishermen to remain in this activity. The qualitative leap should result from an analysis that considers the complexity of this sector, which includes food safety. If it is seen as an economic activity that can be diversified, it tends to generate more jobs and income, ensuring the production of healthy protein, leisure and entertainment even in the condition of urban dwellers, because the activities that are related to the sea can be operated primarily by the residents of the traditional community considering that the process of urbanization should bring elements that will ensure the economic diversification and continued existence of the artisanal community. However, what is still observed is capital acting in a faster and planned way over the traditional community, pressuring its activities and discouraging the professional fisherman to continue in this profession and in related activities. In this context, objective with this text suggest possibilities for diversification and strengthening of economic activities related to the sea, including socially and economically artisanal fishermen and their families.

**Keywords:** Artisanal fishing, traditional community, urbanization, economic diversification, food safety.

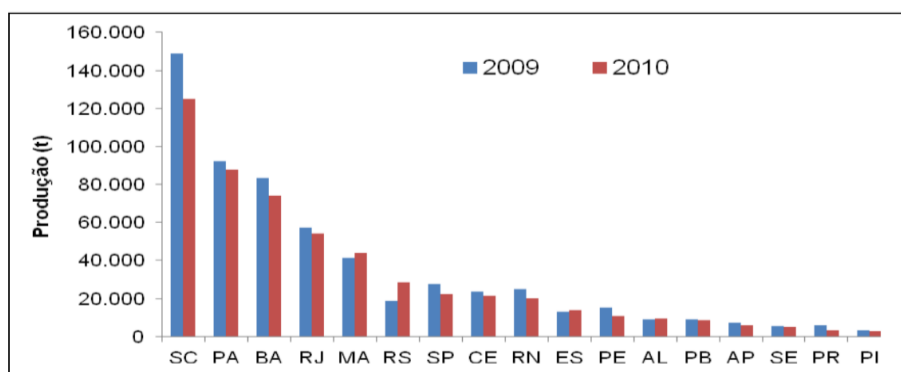
## **1. Introdução**

Considerando a pesca e a aquicultura, a produção mundial de pescado em 2009 atingiu cerca de 146 milhões de toneladas. Quatro milhões de toneladas a mais que em 2008. Em 2009, os maiores produtores foram a China, com cerca de 60,5 milhões toneladas, a Indonésia com 9,8 milhões toneladas, a Índia com 7,9 milhões toneladas e o Peru com cerca de 7 milhões de toneladas. O Brasil produziu cerca de 1.240.813 toneladas, o que significa 0,86% da produção mundial, ficando em 18º lugar no ranking planetário. Na América do Sul, o Brasil está em 3º lugar, sendo o Peru o 1º colocado e o Chile em 2º colocado (BRASIL, 2012).

A produção de pescado nacional no ano de 2011 foi de 1.431.974,4 toneladas, registrando-se um incremento de aproximadamente 13,2% em relação a 2010. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 553.670,0 toneladas (38,7% do total de pescado), seguida pela aquicultura continental (544.490,0 toneladas, 38,0%), pesca extrativa continental (249.600,2 toneladas, 17,4%) e aquicultura marinha (84.214,3 toneladas, o que representa aproximadamente 6%). Em 2011, a região Nordeste continuou registrando a maior produção de pescado do país, com 454.216,9 toneladas, respondendo por 31,7% da produção nacional. As regiões Sul, Norte, Sudeste e Centro-Oeste registraram 336.451,5 toneladas (23,5%),

326.128,3 toneladas (22,8%), 226.233,2 toneladas (15,8%) e 88.944,5 toneladas (6,2%), respectivamente.

Entre as espécies de peixes mais capturadas, a sardinha-verdadeira foi a que apresentou o maior volume de desembarque, com 75.122,5 toneladas em 2011, resultando em um acréscimo de cerca 21% em relação a 2010. A segunda espécie mais capturada em 2011 foi a corvina, com 43.369,7 toneladas. O bonito-listrado surgiu como terceira espécie mais capturada, com 30.563,3 toneladas, representando um aumento de 48% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2011), como pode ser visto na figura 1:



**Figura 1** - Produção de pescado brasileiro da pesca extrativa marinha em 2009 e 2010, discriminada por Unidades da Federação. Fonte: Brasil (2011, p.21)

Podemos observar no gráfico a cima que o maior produtor de pescado do Brasil é o estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil. O segundo maior produtor é o estado do Pará, localizado na região Norte do país. Em terceiro está o estado da Bahia, na região Nordeste do país, e em quarto lugar se encontra o estado do Rio de Janeiro, no Sudeste brasileiro. A Paraíba se encontra em 13º lugar no ranking nacional, um pouco atrás de Alagoas, também no Nordeste do País, e a frente do Amapá, na região Norte.

Dos nove estados Nordestinos, o estado da Paraíba é o penúltimo em produção pesqueira, à frente apenas do estado do Piauí, que possui o menor litoral do Nordeste. A Paraíba tem o segundo menor litoral do Nordeste. Dos quatro maiores produtores de pescado desta macrorregião do Brasil, três estão no litoral norte da região. São os estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, respectivamente. Destes, apenas a Bahia se localiza ao Sul da região Nordeste (IBGE, 2010).

A Lei Federal nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e que regula as atividades pesqueiras, descreve pesca como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, sendo estes os animais e vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura. As atividades pesqueiras

estão divididas em comercial e não comercial. As atividades comerciais são a pesca artesanal e a pesca industrial. As atividades não comerciais são a científica, a amadora e de subsistência.

Neste trabalho, se discute a pesca artesanal, as possibilidades de diversificação da atividade econômica, e o espaço de moradia dos profissionais que atuam nesta atividade, ou seja, a comunidade tradicional de pesca. A comunidade tradicional de pesca é o espaço que historicamente habita os profissionais que há gerações se dedicam a atividade pesqueira, onde se pode observar um acervo de cultura material e imaterial, relacionadas a esta atividade socioeconômica.

Consideram atividade pesqueira artesanal, para os efeitos da lei supracitada, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. A pesca artesanal é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Enquanto que a comunidade tradicional de pesca é o lugar que os pescadores habitam. Neste caso, o espaço urbano bairro da Penha, em João Pessoa/PB.

A pesca artesanal tem como forte característica econômica a divisão da produção por partes no sistema de divisão por meia, ou seja, metade da produção pertence “ao barco”, ou melhor, ao dono da embarcação, por ser o meio de produção e ainda por oferecer o rancho (alimentação), o combustível e os petrechos de pesca. E a outra metade pertence ao pescador.

Na Penha, a arte de pesca mais comum é a linha, e cada peixe fígado é marcado pelo pescador, ou seja, um corta parte do rabo, outro marca perto do olho, outro marca a barbatana e etc. E assim cada profissional tem como saber o peixe que pescou e ficar com a metade de seu trabalho, que depois, quando chegar ao continente, os identificará pelo tipo de marca que fez no peixe e ficará com a metade de sua produção.

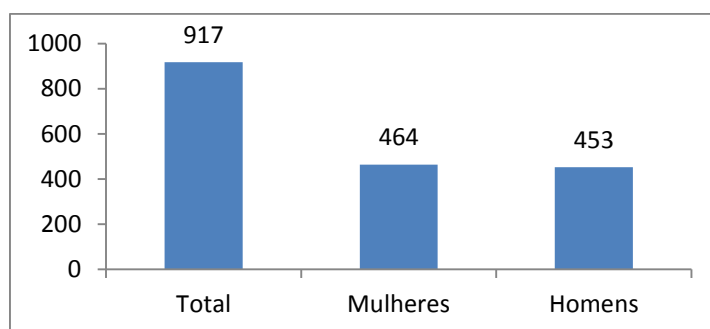
Quanto a sua localização e caracterização, o bairro da Penha está localizado no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Fica ao Sul do ponto mais oriental das Américas, a Ponta do Seixas. Está a 14 km do centro da cidade de João Pessoa (7°09`56.75`S e 34°47`52.60`O.). Faz limite ao Norte com o Bairro Ponta do Seixas e com o Parque Natural Municipal Cabo Branco. Ao Oeste se limita com condomínios fechados de alto padrão e com zona de amenização ambiental, onde o tipo de investimento permitido é de condomínios ecológicos, que neste caso, significa também condomínios de alto padrão. Ao Sul se limita com zona turística e de eventos, onde já foi construído centro de convenções. Ao Leste faz limite com o Oceano Atlântico.

A Penha está localizada na área de expansão urbana municipal. Como se pode perceber no parágrafo anterior, o bairro da Penha é um enclave de baixo poder aquisitivo rodeado por construções

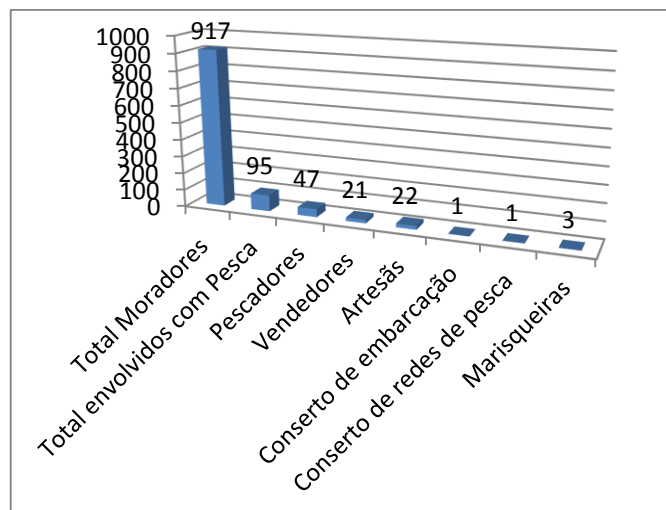
de padrão médio alto e de alto padrão. A comunidade tradicional de pescadores artesanais da Penha está cercada por uma urbanização de médio e alto padrão.

O bairro da Penha está dividido em 04 partes. Penha de Baixo, em terraço costeiro. Penha de Cima, Vila dos Pescadores e Loteamento Nossa Senhora da Penha, localizados nos Baixos Planaltos Costeiros. As ocupações atuais sobre os Baixos Planaltos Costeiros, referentes à Penha de Cima e Vila dos Pescadores, datam de meados da década de 1950. Os pescadores dizem que na Penha de Baixo, os seus avós falavam que seus avós já haviam nascido ali, o que remonta à época que o Brasil era colônia de Portugal. O Loteamento Nossa Senhora da Penha é recente. Data da década de 1980.

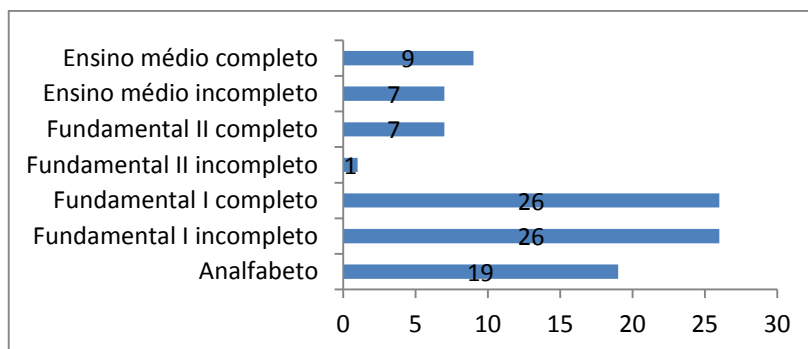
A população do bairro da Penha é de 917 pessoas (figura 2), havendo 11 mulheres a mais do que homens, segundo os dados do Sistema de Atenção Básica do Ministério da Saúde, que é atualizado a cada mês, pelos Agentes de Saúde, que alimentam o Sistema de Atenção Básica. Deste total, 95 pessoas no bairro ainda trabalham com a pesca artesanal de forma direta ou indireta (figura 3). São pescadores, vendedores de peixes, artesãs, marisqueiras e pessoas que consertam redes ou barcos. O nível de escolaridade é baixo, onde mais da metade dos envolvidos com a atividade pesqueira possuem, no máximo, 09 anos de estudos, que corresponde ao ensino fundamental completo (figura 4).



**Figura 2** - Total de habitantes do bairro da Penha. Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da saúde (2014).



**Figura 3** - Total de habitantes do bairro da Penha e sua divisão de acordo com o tipo de envolvimento com a pesca artesanal. Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da saúde (2014).



**Figura 4** - Escolaridade das pessoas envolvidas na pesca artesanal no Bairro da Penha. Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da saúde (2014).

Com relação ao tipo de pesquisa, a abordagem deste trabalho é qualitativa, pois considera a realidade complexa e ampla, e a análise parte de uma perspectiva histórica. Neste sentido, o espaço geográfico é considerado historicamente construído e reconstruído de acordo com os interesses do capital, que predomina. E há várias forças sociais consideradas de resistência. Desta forma, o raciocínio busca ser dialético.

No sentido de adquirir informações qualitativas, foram feitas entrevistas com os pescadores, donos de peixarias, donos de barcos e artesãs. O critério para escolher os entrevistados foi seu envolvimento com a pesca artesanal, ou seja, pessoas que possuem renda a partir das atividades relacionadas com a pesca que desenvolvem, seja como primeira ou como segunda renda.

As técnicas de coleta de dados foram desenvolvidas a partir de dois tipos de perspectivas: a entrevista em profundidade e o grupo focal. A entrevista em profundidade busca dialogar por mais de uma vez e em tempo maior, com uma mesma pessoa, que é considerada pelo pesquisador como sujeito chave para o levantamento de informações. Já o grupo focal ocorreu quando o pesquisador encontrava sujeitos da pesquisa, ou seja, pessoas envolvidas com a pesca, em grupo, dialogando. Desta feita, o pesquisador se aproxima do grupo e faz perguntas direcionadas, que neste caso, tem a ver com a cadeia produtiva da pesca artesanal, com a organização dos pescadores e as formas de diversificação da atividade econômica que os pescadores entendem viáveis.

Para o levantamento dos dados estatísticos, os dados utilizados foram cedidos pelos Agentes de Saúde do Posto de Saúde da Família, localizado na Penha de Cima. Eles levantam dados em períodos de um mês, no intuito de alimentar o sistema de informação nacional do Ministério da Saúde, denominado Sistema Nacional da Atenção Básica – SIAB.

Este é um sistema idealizado para agregar e para processar as informações sobre a população visitada, usando 08 tipos de fichas (questionários) de acordo com os conjuntos de informações necessárias. Estas informações são recolhidas em fichas de cadastramento e de acompanhamento e

analisadas a partir dos relatórios de consolidação dos dados. Os relatórios que o SIAB emite permitem conhecer a realidade social e sanitária da população acompanhada, avaliar a adequação dos serviços de saúde oferecidos e readequá-los conforme haja necessidade.

Sendo assim, o presente trabalho busca identificar e analisar os fatores históricos que moldaram e moldam o quadro social e econômico da pesca artesanal na Paraíba, com ênfase na praia da Penha, bairro de João Pessoa onde residem pescadores artesanais urbanos, no intuito de buscar maneiras de diversificar as atividades relacionadas ao mar.

Neste sentido, entender como a economia é afetada pela ideologia é um fator preponderante para compreender este cenário da pesca artesanal, pois a economia se comporta de acordo com a oferta de recursos naturais, como também a maneira que estes recursos são interpretados pelas elites, e como estas elites disseminam suas interpretações para as massas sociais.

Mesmo com os números da produção pesqueira se mantendo estáveis, e até mesmo evoluindo para melhor, o aumento do esforço de pesca para pescar muitas vezes menos, aliado a outros fatores, como a pesca predatória; a forma que historicamente os pescadores artesanais são vistos e tratados pelas elites do país, que influenciam o poder público e as necessidades das massas; como também as novas ofertas de emprego ou ocupação, notadamente nos espaços urbanos; vem contribuindo para afastar os pescadores artesanais desta profissão. Neste contexto social e econômico, a pesca artesanal foi ocupando um lugar específico dentro da economia paraibana. Lugar este que precisa ser compreendido no intuito de propor caminhos para que esta atividade possa continuar gerando ocupação e renda.

A análise da cadeia produtiva da pesca no bairro da Penha também tende a contribuir para a identificação das potencialidades e dos gargalos no trabalho e na produção, como também a análise dos fatores sociais e econômicos que influenciam para o avanço ou declínio de uma atividade econômica, tendo como objetivo geral, identificar os fatores sociais e econômicos que venha a possibilitar o avanço da pesca artesanal na Praia da Penha, atrelado a diversificação de atividades relacionadas ao mar. Os objetivos específicos são: identificar os fatores históricos que contribuíram para o quadro atual da pesca artesanal; Analisar a situação atual social e econômica da pesca artesanal na Praia da Penha; e por fim, traçar um cenário para os pescadores artesanais que contribua para a manutenção da atividade e da diversificação das atividades marinhas, gerando emprego e renda para a família do pescador. Neste contexto, o primeiro passo é considerar a relação entre economia e ideologia.

## **2. Economia e Ideologia**

A economia estuda como as sociedades administram recursos escassos para produzir bens e serviços e distribuí-los entre diferentes indivíduos. Sistematiza-se a partir de dois enfoques: a microeconomia, que analisa como as famílias, as empresas e o setor público tomam decisões, ou seja, como interagem os agentes econômicos. A macroeconomia estuda as variações no emprego, valor da moeda e o produto total da economia. Neste sentido, analisa os fenômenos que afetam a economia como um todo (MOCHÓN, 2007, p. 16).

Uma tomada de decisões com relação às perguntas em que e quando gastar ou investir está sempre relacionado à cultura das pessoas, sejam pertencentes a uma família, sejam lideranças empresariais ou mesmo autoridades públicas. Todavia, de acordo com o poder que detém o indivíduo chefe de família, o líder de uma empresa ou conglomerado, como também uma autoridade pública, terá delineamentos variados em um cenário econômico, onde o cenário traçado sempre está, historicamente, voltado para atender as elites.

A maneira como as sociedades produzem seus meios de existência depende da natureza e dos meios de existência encontrados. Todavia, não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. “A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem” (MARX; ENGELS, 1998, p.14), de onde exprime suas culturas materiais e imateriais.

A produção da vida e a construção da cultura ocorrem a partir das relações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem pelo homem. Estas relações e suas condições levam à construção de uma ideologia, que é determinada por essas condições de existência. “Conhecer esse sistema é necessário para que se compreenda o desenvolvimento de uma cultura” (TEIXEIRA, D.; DIAS F. 2011, p. 120-140), e a partir daí, entender dialeticamente porque pessoas de diferentes classes e grupos sociais almejam consumir os mesmos bens e serviços. O que implica, em última análise, no que se oferta e no que se consome numa dada economia.

Sob este prisma, a ideologia implica em consciência equivocada da realidade. Esta forma equivocada de interpretar a realidade pela sociedade tem a função de fazer com que os indivíduos interpretem o real a partir do enfoque dos grupos econômicos dominantes. “A ideologia utiliza as ferramentas manipulação e propagandismo a fim de persuadir e dissuadir pessoas mergulhadas em outros modelos culturais” (MARX, K.; ENGELS, F. 1998), considerando que é a partir da produção econômica e da reprodução da força de trabalho que os grupos sociais desenvolvem suas culturas, e por conseguinte, suas necessidades econômicas.



Nesta perspectiva, mesmo com atividades produtivas e poderes aquisitivos diferentes, os diferentes grupos sociais, classes sociais e povos tradicionais se veem desejando consumir os mesmos bens e serviços, como também considerando como legítimos os posicionamentos das forças políticas locais, que produzem e reproduzem a forma como as massas devem pensar e agir. A massificação de uma cultura de desejos iguais para classes e grupos sociais diferentes, como também para povos tradicionais que possuem culturas específicas, subordina as necessidades básicas e criadas do lugar às necessidades econômicas e políticas das elites.

Desta feita, as comunidades tradicionais, onde estão enquadrados os pescadores artesanais sempre viram seus interesses e suas culturas marginalizados perante os interesses econômicos e políticos das elites brasileiras. Estas sempre atrelando a concentração de poder à concentração de terras. Estas terras mudaram de função à medida que estas elites mudaram suas patentes de governo. Neste sentido, podemos analisar a evolução das formas de poder das elites latifundiárias e assim compreender a marginalização do setor pesqueiro nacional e, dentro deste contexto, na Paraíba, e mais especificamente, no município de João Pessoa, capital do estado.

Donos de terras, coronéis e políticos foram e são manifestações sociais e econômicas das mesmas oligarquias que se mantem de geração a geração em diferentes esferas de governo. Assim, os donos de terras receberam status de coronéis de exército por lei criada em 1831 e extinta em 1922, e cada um poderia ter uma força paramilitar com tantos homens quanto pudessem pagar. Com a extinção da guarda nacional, os soldados que dela faziam parte se transformaram em jagunços, ou seja, homens pagos por um latifundiário para defender, pela força, os interesses destes donos de terras.

Com o advento da república, em 1889, estes coronéis foram se transformando nos políticos de suas regiões, e encontraram no voto de cabresto a forma ideal para manterem o poder sobre a terra, as pessoas e a política. Este tipo de voto significava desvirtuar a democracia a partir do voto forçado em um político indicado pelo latifundiário, onde este político geralmente era alguém da família do coronel ou alguém da confiança dele.

Atualmente, o quadro político estadual ainda é alternado pelas famílias latifundiárias que tem mais força em suas microrregiões e mesorregiões. E os quadros políticos locais são organizados a partir destes políticos destas famílias de expressão estadual. Como não há pessoas nestas famílias ligadas a pesca artesanal, esta atividade econômica e os trabalhadores que nela labutam não são visualizados e representados.

Na condição de morador de condição em ambientes de praia por causa dos latifundiários, aos pescadores artesanais lhes sobrou serem contados em Distritos de Pesca, a partir de 1846, que em 1912 deram lugar às Colônias de Pesca. Uma das principais funções das colônias era matricular os pescadores profissionais e, de acordo com a necessidade da Marinha de Guerra da época, esta os

formaria para os quadros militares. De certo que também houve o interesse de alguns governantes em organizar os pescadores para saírem da situação de exploração que sempre foram acometidos pelos atravessadores, todavia, muitas colônias, com o tempo, passaram a ser administradas por estes, o que comprometeu ao longo do tempo, ainda mais, a situação econômica dos pescadores artesanais.

Atualmente, o processo de urbanização vem corroendo estas comunidades com todos os elementos e fatores da complexidade de um espaço urbano, ou seja, com sua urbanidade. Algumas já se dissolveram e deram lugar, num primeiro momento, a casas de veraneio e, em seguida, a casas de primeira residência. Buscando melhorar suas condições econômicas e também dos seus filhos, os pescadores artesanais estão pouco a pouco abandonando a profissão e buscando atuar em outros ofícios.

Isto se deu também porque a partir da década de 1970, muitos herdeiros de terras, na condição de empobrecidos ou mesmo desinteressados pela empresa rural, ou por causa de movimentos sociais no campo, que lutavam pela posse de terras em que trabalhavam, venderam suas terras para especuladores imobiliários urbanos, que quase sempre conseguiram expulsar as famílias de pescadores artesanais pela força, ou através de acordos desvantajosos para estes.

Assim, o pescador, transformado em morador urbano, passa a assumir posições diferenciadas nas formas de pensar e agir, pois o modelo espacial que passa a existir ao seu redor e dentro de sua comunidade, a saber, “o urbano, muda seu cotidiano e, até mesmo, contribui para direcioná-lo a trabalhar em outras atividades econômicas, pois estas passam a se multiplicar no novo cenário socioeconômico de moradia” (ARAÚJO; LIMA; SASSI, 2014). Esta vida urbana, com sua poluição e ocupações irregulares em áreas ambientalmente impróprias, prejudicam a produção pesqueira, o que impele o pescador e seus filhos para outras atividades econômicas, onde a pesca, em muitos casos, passa a ser atividade econômica secundária, e não mais principal o que vai afastando do ofício as gerações seguintes.

Neste processo histórico, onde num primeiro momento o pescador artesanal viveu em espaço rural, geralmente trabalhando exclusivamente no mar e complementando sua dieta com o produto do seu roçado, participou do processo de organização da economia nacional servindo como morador de condição e fornecedor de proteína animal a baixos preços, onde o principal beneficiado sempre foi o atravessador, figura esta que compra a produção dos pescadores e estoca até chegar à quantidade em quilogramas ou toneladas que fica acertada entre atravessador e compradores.

Num segundo momento, o atual, agora transformado em morador urbano, todavia ainda em situação de pobreza, o pescador busca o assalariamento na intenção de melhoria da qualidade de vida a partir de trabalhos que lhe garantam maior segurança física, por ser em terra, e segurança social,

por ter os direitos sociais garantidos por causa do trabalho com carteira assinada, ou por causa do trabalho como prestador de serviço em órgão público, ou como estatutário.

Neste prisma, a maneira que a economia brasileira foi sendo organizada, historicamente, contribuiu apenas para manter submerso economicamente, socialmente e culturalmente o pescador artesanal que, diante do quadro ideológico atual, os pescadores não veem perspectivas em torno de melhorias em suas condições de trabalho e vida, o que implica em buscar outras atividades econômicas no intuito de subsistência, como também em se enquadrar no modelo de vida urbana e de seu pacote cultural pronto, ideologicamente arquitetado para as massas urbanas.

É comum ver pescadores artesanais com várias proposições indicando quais os melhores caminhos para que esta atividade econômica permaneça frente à complexidade do mercado. Todavia, um conjunto de medidas que signifiquem política econômica eficaz para enfrentar a problemática da pesca artesanal passa por algumas variáveis que merecem reflexão. Inclusive a própria forma do pescador artesanal se autoanalisar, como também a direção que a atividade pesqueira artesanal e sua produção são geridas pelo Estado e reguladas pelo mercado, o que implica em fatores a serem discutidos ao se tratar da economia da pesca artesanal.

### **3. Economia e pesca artesanal**

Desde o início do processo de colonização portuguesa no Brasil, a pesca artesanal sempre esteve em situação de marginalização econômica, política e social. Este processo histórico de marginalização desta atividade econômica e das pessoas que a exercem se deu dentro de sucessivos contextos históricos pelos quais as elites coloniais, nacionais e locais desenvolveram suas ideologias e práticas políticas no intuito de concentrar riqueza e manter o poder.

A compreensão da realidade atual da pesca artesanal, de sua pobreza e falta de empoderamento social está relacionada às maneiras que outras atividades econômicas foram se desenvolvendo e seus respectivos representantes foram concentrando riqueza e mantendo os investimentos de capitais financeiros e capitais sociais nas atividades econômicas de destaque, tanto para o cenário internacional, como nacional.

O processo de organização política e econômica do território brasileiro, desenvolvido pela coroa portuguesa ocorreu numa perspectiva de exportação de açúcar para a Europa, produzido a partir do cultivo da cana-de-açúcar. No Velho Continente este produto tinha valores elevados, o que despertou a necessidade dos senhores de terras da colônia Brasil, de desenvolverem esta atividade.

A partir da necessidade das elites coloniais de organizar o litoral do território para a exportação, os primeiros núcleos de importância para a reprodução econômica foram originados pela produção da cana-de-açúcar. Esta produção monocultura, objetivando o mercado externo, propiciou

o desenvolvimento da agricultura de subsistência como também da pesca artesanal, sendo formas de abastecimento alimentar interno. Para o interior, o destaque era a criação de gado, que se iniciou também como atividade marginal e aos poucos foi se organizando e desenvolvendo pujança econômica e política.

As formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina, o açucareiro e a pecuária bovina, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira, e conseqüentemente, a paraibana. Estas duas atividades produtivas tendiam a preservar sua forma original, seja nas etapas de expansão, seja nas de contração. O crescimento de ambos era extensivo, mediante a incorporação de terras e de mão-de-obra. “Nestes modelos produtivos, o pagamento de baixos salários ou mesmo a ausência de pagamentos, tornava os setores resistentes às oscilações de mercado” (FURTADO, 2009, p.61).

As comunidades que não foram absorvidas pela agricultura canavieira e que se encontravam em áreas intersticiais, se dedicaram à produção de gêneros de subsistência como a farinha de mandioca, o peixe e o camarão e outros produtos destinados ao consumo interno. Daí surgiu a atividade pesqueira. Porém, mesmo diante do imenso litoral que se apresentava como uma porta aberta para o mar, ou seja, para a atividade pesqueira, não houve, em nenhum momento, grande interesse nesta atividade por parte das elites. A pesca e o pescador sempre estiveram marginalizados no processo de expansão de nossa economia (SILVA, 1986, p.29).

Neste setor da subsistência colonial também estava inserida a pecuária. Ela também se destinou a satisfazer as necessidades alimentares da população. Apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, a pecuária foi atividade secundária e acessória. “O seu lugar foi de segundo plano, subordinando-se às atividades principais da monocultura açucareira” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 25).

Mesmo iniciando como atividade acessória, a pecuária se desenvolveu e passou a ser a principal atividade econômica do interior do Nordeste. A ponto de constituir civilização diferenciada em relação ao Litoral. O Leite, o queijo, o couro e a carne bovina contribuíram na diversificação da dieta na colônia e posteriormente na república.

A tração animal bovina, para tracionar carroças e moinhos de engenhos, também deu relevância à criação de gado. Os carros de boi, ou seja, as carroças, e os moinhos de engenho movidos pela tração deste animal eram muito comuns. A cana-de-açúcar no Litoral e a pecuária no interior, num percorrer de mais de 500 anos, salvo alguns períodos curtos de tempo, sempre foram as duas atividades econômicas mais rentáveis do setor primário paraibano.

Esta assertiva contribui pra refletir sobre o lugar da pesca artesanal na Paraíba. Isto porque o pescado, durante a colônia e até cerca de 50 anos atrás era abundante. A pesca de vara, de linha e de

rede, no litoral, nos rios e lagoas, dava aos envolvidos nesta atividade a garantia da ingestão de proteínas animais suficientes. Como também a pesca do camarão tanto de rio como de mar, que eram acessíveis e abundantes. A abundância do peixe, do marisco e do camarão, atraía as pessoas que não se enquadravam no ritmo de vida e trabalho da cana-de-açúcar ou da criação bovina. Já a pecuária necessita de tempo maior para dar retorno para o consumo de proteína, o que foi tornando a atividade mais rentável, por seu valor agregado em forma de tempo.

O governador da Paraíba durante a invasão holandesa ao Nordeste da colônia Brasil, Elias Herckmans, ao escrever uma descrição geral da Paraíba, em 1639, destacou a presença de pescadores em todo litoral da Paraíba, como também a produção de tainha, dizendo que a praia, em toda a sua extensão era ocupada por pescadores que viviam exclusivamente da pesca. Herckmans destacou a pesca da tainha, de agosto a fevereiro e março. Descreveu que se Salgava o peixe e se punha a secar ao sol.

Ainda salientou que todos os moradores do litoral da Paraíba se alimentavam de tainha, e sem isto os engenhos não teriam acesso a proteínas animais suficientes. Herckmans, ao escrever sobre a Paraíba à Holanda, também destacou a grande quantidade de mariscos nos mangues, escrevendo aos holandeses, “ser verdade, o mito que se disseminava na Europa, que no Brasil, as ostras davam até em árvores” Herckmans (1886, p. 239-288.). Neste caso, ele se referia aos mariscos grudados nas raízes suporte dos manguezais.

Sendo assim, a pesca não teve relevância na economia do Brasil. A abundância de peixes, mariscos e camarão no mar e nos rios do Brasil, com conseqüente acesso fácil, fez desta atividade economicamente desinteressante, considerando a relação oferta e demanda. Além do pescado, a mandioca e sua farinha, o milho e as favas, ou seja, os feijões compreendiam a dieta básica dos despossuídos. O fato de atingir os seguimentos populacionais menos abastados durante séculos, desmotivou os empresários do ramo de alimentos a investir na pesca artesanal, no intuito de desenvolvê-la e torná-la atrativa.

A situação de exclusão social que sempre esteve submetido o pescador artesanal pode ser destacada na Missão do Cruzador José Bonifácio, organizada pela Marinha do Brasil e comandada por Frederico Villar, que entre 1919 e 1923 matriculou cerca de 100.000 pescadores pelo litoral do país, tentando organizá-los em cooperativas. A intenção era fortalecê-los politicamente para que pudessem se livrar do geleiro, capitalista, que hierarquicamente abaixo dos donos de terras, que também são historicamente os políticos, controlava os pescadores e os reduzia a situação análoga a de escravos, fornecendo-lhes os meios de subsistência para o trabalho, e recebendo em troca a produção pesqueira (SILVA, 1986, p.41).

Nesta perspectiva, os pescadores funcionavam para os latifundiários como sujeitos moradores de condição. Ou seja, pessoas que forneciam peixes e desenvolviam serviços que interessassem aos donos das terras, onde em troca, os pescadores se mantinham morando em casas de palha nas praias, sem ter o direito de fazer casa de alvenaria, porque lhes era negado pelos latifundiários, que sempre tiveram a terra como fonte e fator de poder.

Esta insegurança na moradia também contribuiu para aumentar a condição de pobreza dos pescadores artesanais, pois a moradia própria e de qualidade nem poderia, ao menos, ser almejada por estes trabalhadores. Na atualidade, embora não seja a situação do bairro da Penha, ainda há casos em que donos de terra, por vezes ainda chamados de coronéis pelos moradores mais antigos, buscam impedir a construção da moradia 100% de alvenaria. E quando alguns pescadores levantam suas moradias de alvenaria, os donos das terras vão à casa do trabalhador, ou mandam chamar, para dizer que permitem o melhoramento da casa, todavia procuram deixar claro que o terreno não pertence ao pescador.

O pescador, utilizado por vezes como prestador de serviços variados para os latifundiários, por receio de ser expulso da terra se não os cumprissem, também viu o produto de sua pescaria sendo desvalorizado frente ao consumo de peixes importados. Mesmo o Brasil tendo uma vasta quantidade de espécies de peixes, muitos deles considerados nobres, a cultura das elites coloniais portuguesas prevaleceu no país, e o peixe que passou a interessar aos brasileiros foi um peixe estrangeiro, o bacalhau.

Desde a chegada do bacalhau ao Brasil, junto com a família real, em 1808 e até a Segunda Guerra, o bacalhau era um produto de baixo preço, mesmo importado da Noruega. A Segunda Guerra Mundial gerou escassez de comida e o preço do bacalhau subiu bastante, “se tornando um peixe destinado ao consumo de classes altas. E também no Brasil o consumo popular de bacalhau foi confinado às festas religiosas mais tradicionais, como a Páscoa e o Natal” (LOPANE, 2014, p.11). Além do bacalhau, outro peixe bastante apreciado no Nordeste também é importado, o salmão. Ambos estão na lista dos alimentos mais importados que chegam ao porto do estado vizinho à Paraíba, Pernambuco, como podemos observar na tabela 01.

**Tabela 1** - Valor das Importações e Exportações de Pescado no Brasil - 2009.

Produtos	Brasil			
	importação		exportação	
	valor (US\$)	peso (kg)	valor (US\$)	peso (kg)
Pescados	675.113.505	217.388.006	194.664.106	37.239.725
Peixes	639.277.805	203.807.399	81.704.609	20.071.808
Bacalhau	200.600.606	35.165.345	57.851	11.750
Salmões	156.072.941	36.051.256	-	-
Filés de peixe, congelados ou secos	186.494.613	66.876.977	2.149.275	249.416
Demais peixes	59.871.481	32.486.693	61.972.512	17.747.172
Trutas	4.426.708	1.249.049	5.475	116
Filés de peixes, frescos ou refrigerados	2.522.973	319.486	4.225.136	537.444
Sardinhas	29.071.914	31.624.154	19.780	4.897
Peixes ornamentais vivos	179.814	8.537	7.106.534	96.594
Atum	23.354	11.292	3.049.271	707.009
Surubins	350	500	-	-
Pargos	7.801	9.910	2.359.268	497.390
Tilápias	5.250	4.200	759.507	220.020

Fonte: Importações e Exportações de Pescado do Estado de São Paulo entre os Anos de 2000 a 2009, Miura, 2012.

Mesmo com toda a diversidade da fauna marinha do Brasil, a balança comercial desta atividade econômica é desfavorável para o país. E por questões culturais, o que desencadeou investimentos econômicos neste aspecto, são os peixes bacalhau e salmão, de águas estrangeiras, que se destacam na importação destes produtos para o Brasil. Isto demonstra a falta de incentivo e investimento histórica que caracteriza o setor pesqueiro nacional. Notadamente a não valorização do produto da pesca artesanal, para a qual falta atenção por parte dos governos em suas três esferas federativas.

O principal produto pescado importado pelo Brasil, em 2011, foi o bacalhau (Gênero *Gadus*), originário principalmente da Noruega, sendo Portugal o segundo maior fornecedor. Houve um crescimento nas importações do bacalhau, passando de 43 mil toneladas, em 2010, para mais de 45 mil toneladas em 2011, representando uma elevação de 6%. Em termos de valor, o crescimento foi de aproximadamente 11%, passando de US\$ 292 milhões em 2010 para mais de US\$ 323 milhões em 2011.

Em relação às importações de pescado, os meses de março e novembro foram os dois períodos em que as importações apresentaram os maiores volumes no ano de 2011. Observa-se um crescimento de 82% em valor (US\$) no trimestre terminado em março, fenômeno que se deve à ocorrência da Semana Santa no mês de abril. É um período em que a demanda por pescado se acentua por conta da substituição do consumo de carnes vermelhas por pescado durante a quaresma, além disso, há um movimento intenso por parte do comércio, em especial no atacado e no varejo supermercadista, para o abastecimento do mercado interno por meio das importações. Nesse sentido, por conta da ausência natural de alguns peixes, que não são capturados nem cultivados no Brasil, muitas espécies de pescado vindas de fora ganham maior destaque nas importações desta época, como bacalhaus, salmões e filés em geral, com crescimentos expressivos em alguns casos (BRASIL, 2011).

Com mudanças nas políticas de incentivo ao consumo de pescado, que incluiria a propaganda para que se consuma pescado nacional, como também empréstimos com maior prazo de carência, e subsídios para a aquisição de barcos e equipamentos tecnológicos, como também capacitação para utilizá-los, além do incentivo ao surgimento e fortalecimento de cooperativas ou empresas públicas que poderiam beneficiar o pescado em forma de filés, poderíamos começar a delinear novas possibilidades de melhoria para a pesca tradicional, no sentido de dar um salto qualitativo e abrindo a possibilidade para diversificação na produção, como também na mudança de status de uma atividade artesanal para industrial.

Isto deve ser considerado se levarmos em conta que a única grande evolução tecnológica que houve na pesca artesanal no Nordeste foi a aquisição de barcos a motor, que são os modelos atuais, entre as décadas de 1960 e 1970, que em média tem de 06m a 09m de proa a poupa, não servindo para navegar em águas profundas, ou seja, após a plataforma continental.

E com a sobre-exploração do pescado realizada na plataforma continental da Paraíba, como em praticamente todo país, a pesca industrial, que ocorre após a plataforma, em mar aberto, poderia impulsionar qualitativamente e quantitativamente a pesca no estado, considerando que atualmente são barcos industriais de outros estados que exploraram as águas marinhas em latitudes que coincidem com a Paraíba. Este diagnóstico, aliado a outros problemas que serão expostos a seguir, tem prejudicado o potencial produtivo da pesca na Paraíba e, conseqüentemente, no bairro da Penha, que precisa ser gerida de forma que considere a diversificação das atividades econômicas marinhas em benefício do pescador.

#### **4. Cenário da produtividade da pesca artesanal no bairro da Penha**

A discussão sobre uma determinada atividade econômica passa por alguns fatores impactantes: a cadeia produtiva; as atividades alternativas; a forma como o Estado se posiciona com relação à atividade pesqueira tradicional; e a organização política dos profissionais envolvidos. Estes fatores contribuem para indicar os aspectos na produção que são positivos, os negativos, as tendências da atividade e ainda, a proposição de um cenário futuro.

Seguindo esta linha de raciocínio, comecemos pela cadeia produtiva. O conceito de cadeia produtiva foi desenvolvido como instrumento de visão sistêmica, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final. Sendo assim, entes públicos, privados e mistos se dedicam, em suas especificidades, a alguma função produtiva direta ou a processo relacionado à produção, tendo como fim a comercialização, os fluxos de materiais, de capital ou de informação.



Os componentes que determinam a especificidade da cadeia produtiva para a pesca artesanal são: combustível, alimentação, petrechos, consertos de embarcações e reposição de peças; a propriedade da embarcação; a extração do pescado e frutos do mar; e a peixaria (imóvel onde o peixe e frutos do mar são comercializados). Nestes, os produtos que serão comercializados e consumidos são especificados (peixes com valores variados, moluscos e crustáceos). Neste trabalho se busca mencionar também as relações dos pescadores com as formas de financiamento e subsídios. E um componente que não aparece na Penha, mas que deve ser salientado: a indústria de beneficiamento.

Estes componentes demonstram conectividade, uma vez que decorrem de um enfoque sistêmico. Reforçam a ideia central da teoria geral de sistemas, de que os fenômenos sociais, econômicos, físicos, biológicos são sistêmicos e que o enfoque sistêmico é uma das boas ferramentas disponíveis no método científico, para aumentar a compreensão isolada e interativa desses fenômenos (CASTRO, A.; LIMA, L. 2002).

Um dos aspectos marcantes de um empreendimento, seja ele qual for, é sua capacidade de diversificar sua oferta de produtos. Isto permite condições para o trabalhador e para o empreendimento de superar os períodos de crise para algum tipo de produto ou serviço. Sendo assim, se faz necessário discutir cadeia produtiva linear, mas também outros produtos que venham compor a renda do empreendimento que se caracteriza por principal, a pesca artesanal. Nesta perspectiva, para se pensar a pesca artesanal se deve ir além do peixe e dos frutos do mar.

O extrativismo de pescado é feito com embarcações a motor que variam entre 06 metros e 09 metros. Nestas embarcações, a tripulação é composta geralmente por quatro profissionais de pesca. Onde um é o mestre, que sabe conduzir a embarcação, como também lidar com os apetrechos e sabe onde provavelmente estão localizados os cardumes, ou seja, os pesqueiros.

Uma embarcação de 09 metros transporta 1.500 Kg de gelo, alimentação para 07 dias no mar, mais 200 litros de óleo diesel, para que não falte combustível no deslocamento em busca das áreas de pesca. Este investimento custa em torno de R\$1.500,00. Os pescadores consideram 300 kg de peixe como uma boa pescaria. Segundo o pescador e dono de peixaria na Penha, Josinaldo (2014), “na época do meu pai há 30 anos, em um dia, a 01h da praia, era possível pescar cerca de 300 kg. Atualmente o deslocamento é de 05h até chegar aos conjuntos rochosos onde os pescadores sabem que provavelmente haverá cardumes.”.

Segundo o pescador Carlos (2014), “Um pescador que vive exclusivamente da pesca, se dedicando, tem rendimento mensal girando em torno de R\$ 1.300,00 por mês.” De acordo com relatos dos pescadores da praia da Penha, os peixes mais comuns nestas águas, por quantidade capturada (tabela 02) são:

**Tabela 2** - Peixes mais comuns e seus respectivos valores de venda (VV) - 2015

Peixe	Nome científico	VV do pescador para a peixaria	VV na peixaria para o consumidor
Arabaiana	Elagatis bipinnulata	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Seringado	Mycteroperca spp	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Cioba	Lutjanus analis	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Cavala	Acanthocybium solandri	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Dourado	Coryphaena hippurus	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Dentão	Lutjanus jocu	R\$ 15,00	R\$ 23,00
Garajuba	Caranx chrysos	R\$ 10,00	R\$ 19,00
Chicharro	Trachurus lathami	R\$ 10,00	R\$ 19,00
Cabo duro	---	R\$ 10,00	R\$ 19,00
Peixe rei	Atherinella brasiliensis	R\$ 10,00	R\$ 19,00

Fonte: Pescadores artesanais da praia da Penha, 2015

Por causa da diminuição no número de pescadores nos últimos anos na praia da Penha, devido ao processo de urbanização, o qual gerou variedade de ocupação em atividades econômicas, além do desinteresse na pesca por causa da falta de incentivos e investimentos privados e públicos, como também o aumento no esforço de pesca para muitas vezes pescar menos, a produção pesqueira na Penha não supre as demandas do mercado local, que é suprida com a vinda de peixes (figuras 5, 6, e 7) de outros estados do Nordeste. Segundo o dono de peixaria Josildo (2014):

Apenas cerca de quinze por cento do produto de minhas vendas representa o peixe pescado na Penha. Este percentual diminui para oito por cento no inverno, quando o mar se encontra com ondas maiores e grande quantidade de sedimentos em suspensão, prejudicando a visibilidade dos pescadores e dos peixes. Para suprir a demanda são encomendados peixes que vem dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Chegam às peixarias na quarta feira, enquanto que os pescadores da Penha geralmente chegam ao continente da sexta para o sábado. O rendimento mensal para o peixeiro gira em torno de R\$ 10.000,00 por mês. (Josildo, Praia da Penha/JP, 2014).



**Figuras 5, 6 e 7** - Momento da chegada de peixes vindos de outros estados para o abastecimento. Nas três imagens, da esquerda para a direita, podemos observar: na figura 5 a vista da Vila dos Pescadores, no Bairro da Penha/JP/PB; na figura 6 vemos exemplares de pescada amarela, e na figura 7 vemos cioba, ambas vindas de outros estados para garantir o atendimento ao consumidor. Fonte: Ismael Araújo (2014).

Quanto ao crédito para custeio da produção, se tornam insuficientes, se considerarmos os custos com a manutenção das embarcações (imagens 8, 9 e 10). Neste sentido, o pescador Carlos (2015) discorre:

Os empréstimos para a pesca artesanal tem valor máximo de R\$ 5.000,00. Este valor não dá para manter os custos de um pescador que possui embarcação de pesca. Como exemplo se pode citar o valor de uma caixa de marchas nova, que custa R\$ 16.000,00 ou mesmo o custo para cobrir com fibra um barco de 09 metros, onde o valor a desembolsar é de R\$ 10.000,00. Na comunidade há um terreno com um galpão improvisado que serve como estaleiro. Atualmente, apenas para retirar uma embarcação do mar para fazer reparos, que precisa de trator, custa em média R\$ 1.000,00. (Carlos, Praia da Penha/JP, 2015).



**Figuras 8, 9 e 10** - Caixa de marcha e casco de embarcação de 8,5m a espera de manutenção, e pequeno estaleiro na Penha. Da esquerda para a direita, vemos na figura 8 caixa de marchas de um barco de pesca. Na figura 9, vemos embarcação de pesca com casco se revestimento de fibra. Na figura 10, observamos pequeno estaleiro na praia da Penha. Fonte: Ismael Araújo (2014).

Além das dificuldades para contrair empréstimos para alavancar a produção há também a falta de subsídios para esta atividade econômica que é muito sensível pela incerteza de sua produtividade. Para o caso da pesca de lagosta há o defeso de 06 meses, onde o governo federal repassa 01 salário mínimo por mês (R\$ 724,00 o que corresponde há \$248,46 em 15/11/2014) ao pescador de lagosta embarcado, ou seja, atrelado a um barco de pesca que seja registrado para a pesca da lagosta. Considerando que a lagosta precisa de um período, que coincide com o verão, para repor seus estoques e evitar colapso na produção.

Já o pescador de peixes embarcado em embarcação com licença para pesca de peixes, não possui subsídio que garanta compensar períodos de entressafra. Este período coincide com o inverno, quando o pescador vê sua produtividade cair acentuadamente devido às características que o mar assume, como já foi escrito, onde grande quantidade de sedimentos em suspensão e ondas muito altas dificulta a atividade.

A assistência governamental à pesca da lagosta e a falta de assistência à pesca de peixes inflaciona o preço de uma embarcação licenciada para a pesca de lagosta, que chega a ter valor três vezes maior que uma embarcação licenciada para a pesca de peixes. Um subsídio que já foi discutido entre pescadores artesanais e governo foi sobre o valor do óleo diesel, mas a burocracia dificulta o acesso.

Ainda discorrendo sobre os pescadores artesanais e o governo, os pescadores dizem que representantes do governo somente costumam aparecer em épocas de campanha eleitoral. Neste sentido, pessoas ligadas à secretaria da pesca do estado reúnem pescadores para fazer promessas eleitorais e pedir votos, fragilizando a organização política dos pescadores, que não veem entre os habitantes do bairro alguém que seja capaz de ser a liderança política, no intuito de buscar melhorias para estes profissionais e sua atividade econômica. Embora alguns grupos menores consigam apontar um ou outro pescador como possível liderança.

Os pescadores imaginam que para ser liderança política tem que ter vários anos de estudos em escola de ensino formal. Isto dificulta que se chegue num consenso entre eles para que se escolha uma liderança na e da comunidade. Assim, historicamente os pescadores contribuem para eleger lideranças políticas que não os representam. Usam expressões como:

Qual pescador aqui tem estudos para ser liderança política? Os pescadores não tem valor. Aqui é tudo atrasado. Já tivemos uma cooperativa que funcionou apenas dois anos, entre 2002 e 2003. Mas tudo foi sumindo. Houve uma organização e investimento. Empréstimos para a compra de barcos, carro e freezer, mas tudo acabou. (Antônio, praia da Penha/JP,2014).

A sede da colônia de pesca da qual a praia da Penha faz parte está localizada na praia de Tambaú, a 06 km de distância. A relação entre pescadores e colônia tem se resumido aos atos de tirar carteira de pescador artesanal e informações prestadas sobre cursos e eventos ligados a pesca. Em outra expressão que chama a atenção para entender a forma de pensar sobre sua realidade, o pescador Carlos (2015) indagou: “e pobre tem direito a nada?”.

As dificuldades enfrentadas pelos pescadores vão além de um estado estacionário da atividade da pesca artesanal. Este além tem significado declínio do interesse pela atividade. Há relatos dos pescadores que nos últimos 40 anos houve diminuição de pelo menos 60% dos profissionais envolvidos na atividade. Isto ocorre pela falta de incentivo governamental e pela falta de interesse em se manter numa atividade econômica perigosa e incerta, em relação às diversas atividades que surgem no cenário urbano, pelo qual os pescadores foram alcançados, na perspectiva que foram alcançados pela urbanização, o que lhes propicia ocupação em diversas atividades econômicas disponíveis na cidade e que tem rendimento similar ou até melhor, quando se faz comparação com o tempo e risco

do trabalho no mar, e quando se relaciona a questão custo/benefício da pesca artesanal com várias atividades urbanas.

Outro problema atrelado à profissão de pescador artesanal que não possui programas específicos é o caso das doenças adquiridas na atividade, como doenças de pele que são comuns, como também doenças nos olhos, ambas geralmente provenientes da exposição prolongada aos raios solares. Há também doenças de pele que surgem nos pés por causa do tempo elevado em que os pés dos pescadores ficam molhados. Estes fatores também influenciam nas finanças do pescador, inclusive abreviando sua idade produtiva ou pior, sua vida.

No sentido de diversificar a renda advinda da pesca artesanal, familiares de pescadores estão fazendo cursos de artesanato. Após aprender a fazer o artesanato, as pessoas, que geralmente são mulheres, também estão recebendo aulas de valoração da produção, objetivando aprender a calcular o custo para confeccionar e o lucro que deve ser auferido da venda dos objetos feitos a partir de escamas e peles de peixe, como bolsas, arranjos de flores e biojóias, que são bijuterias feitas a partir destas partes dos peixes. Estes cursos são promovidos pelo PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) criado pelo Governo Federal em 2011, onde professores se inscrevem para ministrar aulas de acordo com suas habilitações.

Com relação às vísceras dos peixes pescados, ainda não há uma forma de aproveitamento na comunidade. Estas vísceras, como também a cabeça do peixe, chegam a compor cerca de 40% da massa do pescado e poderiam ser aproveitadas para fazer ração. Se houvesse técnicas acessíveis na comunidade para produzir a farinha de peixe para ração animal a partir das partes supracitadas, provavelmente também se poderia fazer o filé de peixe a partir de peixes menores ou que possuem muitas espinhas, como é o caso do peixe serra.

Atualmente, apenas as vísceras da Cavala e do Xaréu são aproveitadas, pois servem para fazer picadinho, prato típico que parece com picadinho de bode. Esta iguaria, quando pronta, é chamada de caldeirada, por ser feita em um caldeirão onde se adicionam verduras e temperos a gosto.

Outra forma de diversificar a atividade produtiva da pesca, historicamente praticada na Penha, mas que atualmente não vem sendo mais desenvolvida pelos pescadores artesanais é o passeio para as piscinas naturais formadas por arrecifes de corais sobre arenitos e que se encontram entre 800m a 1000m da costa. Segundo relato do pescador artesanal Carlos (2015):

Nós que somos nativos não temos mais direito a usufruir das piscinas naturais. Levávamos os turistas e banhistas para as piscinas naturais e fazíamos o pirão de peixe. Agora está proibido. Nossos barcos tem licença para pescar e não tem para conduzir passageiros. Tem catamarã fazendo agora este trajeto. Nós chegamos primeiro que os catamarãs. A gente descobriu estes cantos e não podemos ir. Até se a gente for às piscinas com nossos barcos para levarmos os familiares num dia de lazer, somos multados (Carlos, praia da Penha/JP, 2015).

Nesta fala, o que se observa é a perda de um mercado em ascensão no mar da Penha, a saber: o transporte de passageiros turistas e banhistas para os arrecifes de corais e que já vinha sendo praticado há décadas na praia da Penha pelos pescadores artesanais, que recebiam dinheiro por fazerem este passeio e ainda agregavam valor vendendo peixes e frutos do mar prontos para o consumo aos grupos de pessoas que transportavam.

A atividade de transporte marítimo, como está na fala do pescador, só pode ser feita por embarcação licenciada. Todavia, era feita pelos pescadores até surgir interessados com catamarã neste mercado. Desorganizados por não ter uma instituição que os represente de forma eficiente, os pescadores veem estar cada vez mais distante a possibilidade de voltar a fazer tal atividade, que agora, apenas seria possível se houvesse programas governamentais com subsídios que os treinassem e financiassem barcos de passeios para garantir que os pescadores continuassem desenvolvendo uma atividade histórica e que agora estão impedidos.

Ainda com relação às piscinas naturais há outro problema para os pescadores que também impacta em sua economia, que é a limpeza do barco: de acordo com o pescador Carlos:

Nós íamos para as piscinas naturais para limpar o barco. Não usamos produtos químicos. É para tirar as ostras e o lodo. Mas quando os turistas chegam acham que isto é sujo. E aí prejudica os nossos barcos, pois se formos fazer esta limpeza na beira da praia, porque tem que fazer em canto raso, aí o barco vai quebrando por causa das ondas do mar. Nós sabemos nos movimentar sobre os arrecifes de corais. Mas agora somos impedidos de fazermos o que sempre fizemos. E tudo que acontece é sempre considerada nossa culpa. Pobres pescadores! (Carlos, praia da Penha/JP, 2015).

A manutenção do casco da embarcação é uma atividade frequente para o pescador. Esta atividade exige cuidados, pois deve ocorrer em ambiente adequado para não prejudicar a embarcação, que pode gerar um custo elevado com o reparo, se for danificada. Os pescadores encontram dificuldades para manter suas embarcações, quando a solução poderia ser uma plataforma no mar para a limpeza do casco, o que contribuiria para evitar problemas de ordem econômica para os profissionais da pesca. Ou transformar esta atividade que parece ser suja para o turista, em produto de serviço cultural para o turista que está na piscina natural e que pode aprender com o pescador ao invés de vê-lo como incômodo.

Neste contexto, mesmo a duras penas a pesca artesanal ainda continua se mantendo, mas esta atividade pode ser substituída por outras para quem a pratica por não haver motivação por parte dos pescadores para permanecerem na atividade. Neste sentido, se faz necessário rever as leis, as instituições e a capacidade de organização da categoria, considerando que esta atividade contribui

para a segurança alimentar e geração de emprego e renda em uma economia nacional que não tem pleno emprego e que também não se dispõe a isto, tendo em vista ser de mercado.

Neste sentido, ao fazer uma análise da realidade da pesca artesanal, podemos nos acostar nas palavras do historiador Ferguson (2013, p. 114), em livro intitulado *A grande degeneração*, ao escrever que um país chega ao estado estacionário em sua economia, conforme afirmou Adam Smith, quando suas “leis e instituições degeneram a tal ponto que a elite especuladora domina o processo político e econômico.” A regulamentação se torna disfuncional a ponto de aumentar a fragilidade do sistema. A sociedade civil se transforma em uma mera terra de ninguém entre os interesses corporativos e a máquina estatal inchada, ineficiente e débil.

No caso da atividade pesqueira artesanal, a fase estacionária já foi ultrapassada pela fase de declínio da atividade. Atualmente não podemos considerar que está ocorrendo ainda um declínio no setor pesqueiro de forma geral, em sua produtividade, embora os estoques de pesca já se encontrem no limite, principalmente na plataforma continental. Como também há muito a explorar nas águas profundas das águas marinhas nacionais, assim como na aquicultura. O que se diz aqui é que há um comportamento econômico de declínio da atividade pesqueira artesanal quando o comportamento dos profissionais envolvidos no setor é de falta de interesse na atividade, não havendo reposição na quantidade de mão de obra pelas gerações subsequentes.

Isto gera degeneração econômica, política e social para o setor. Mais especificamente, neste caso, da atividade pesqueira como a conhecemos. Neste condão, observamos que a falta de representatividade dos envolvidos na atividade da pesca artesanal, falta esta que é histórica, dificulta, por vezes a conquista de benefícios para os pescadores e, por conseguinte, para a atividade pesqueira.

Temos como exemplo uma discussão que se estende há anos e que o governo não toma medidas, como a criação de atratores de peixes, ou seja, recifes artificiais, conhecidos entre os pescadores como pesqueiros, inclusive para gerar outro tipo de serviço ligado ao mar, como atividades de mergulho e que a família do pescador artesanal poderia ser beneficiada através de cursos para explorar esta atividade, que tende a ser sustentável.

Se houvesse uma política pública para a implantação de pesqueiros, isto geraria outra discussão relevante, que seria um zoneamento para ordenar as zonas de pesca e zonas de mergulho, pois os pescadores relatam descontento por mergulhadores afugentarem peixes de pesqueiros. O que vemos na prática é pescadores criando seus próprios pesqueiros para sobreviver. Por vezes, isto ocorre com materiais impróprios, pois um pescador artesanal pesca em cerca de quinze pesqueiros para manter uma renda satisfatória.

Como tem sido discorrido aqui, produzir exige diversificar. É assim que as empresas se transformam em empreendimentos maiores. Guardadas as devidas proporções, para empreender na

pesca artesanal, se faz necessário repensar a pesca artesanal a partir das novas condições postas em um cenário de moradia urbana e que também é turístico.

Desta forma, a comunidade deve receber atenção especial para que se adeque às leis e as regulamentações institucionais, no sentido de a comunidade tradicional não perder a capacidade de competir com quem chega para explorar recursos que pertencem em primeiro lugar, a própria comunidade, que por ser tradicional, ou seja, desenvolver um tipo de atividade há séculos, neste caso, a pesca artesanal, se caracteriza também como ambiente turístico por sua cultura material e imaterial, além dos seus atrativos naturais. Mas a ausência de incentivos governamentais, de organização e autoestima complementa um cenário que nos pescadores se manifesta como falta de perspectivas para continuar na atividade pesqueira.

O sentimento entre os pescadores é de desânimo, e a característica do Estado é de uma estruturação que está em leis, mas não chega à comunidade. O que chega à comunidade com relação às leis é sua parte severa, ao invés de seus benefícios. Com relação ao capital, este se multiplica como tem feito há séculos, passando ao largo da pesca artesanal e, quando é o caso, passando por cima desta atividade econômica e de quem pratica sem levar em consideração sua relevância para a geração de emprego e renda e para a segurança alimentar, a qualidade nutricional a ela pertinente, e ao turismo em suas múltiplas possibilidades.

## **5. Conclusão**

Podemos considerar dois níveis hierárquicos de organização política dos pescadores artesanais: as colônias e as associações. Estas geralmente mais próximas dos pescadores que aquelas, pois as associações podem ser criadas por comunidade, enquanto uma colônia geralmente representa várias comunidades. A forma como as associações de pesca artesanal estão desenvolvendo suas atividades políticas, sem apoio junto aos poderes executivos e legislativos, dificulta suas operacionalizações dentro de uma democracia representativa, de acordo com o modelo político brasileiro.

O processo de organização da categoria deve ser endógeno. Mas isto também se torna difícil quando os pescadores consideram o fato de pensar que um pescador, de mesmo nível escolar é incapaz de assumir a representatividade de forma satisfatória, o que implica na manutenção da situação de ausência de representante, como também não há movimentação dos governos, a partir de servidores que dialoguem com as comunidades tradicionais, no sentido de empoderá-los para isto.

O incentivo a pesca artesanal deve ser levado em consideração pelos seguintes motivos: geração de trabalho e renda; Circulação de dinheiro em uma cadeia produtiva que emprega milhares de pessoas de forma direta e indireta; Garantia de um produto de qualidade, devido a maior facilidade



de fiscalizar a captura do produto no país e seu beneficiamento, ao contrário da dificuldade de acompanhar a sanidade da produção quando ela é importada, principalmente quando levamos em consideração que muitos pescados procedem de países de outros continentes.

O aumento no número de consumidores de pescado no país está ocorrendo graças ao avanço das importações e aquicultura, quando deveria ocorrer também graças a projetos estruturantes, que garantissem o processo de empoderamento dos pescadores e contribuíssem no processo de organização de uma classe historicamente alijada de seu potencial produtivo, se voltando agora seus profissionais para outras atividades, agora urbanas, por causa de gargalos em sua cadeia produtiva.

Outro problema grave é a visão historicamente distorcida da sociedade que entende irrelevantes a pesca e do pescador, aliada a forma negativa como os pescadores passaram a se perceber a partir da leitura que a sociedade faz destes profissionais.

Entre a produção do pescado e sua venda ao peixeiro ou atravessador, se percebe a ausência de meios de produção que agreguem valor aos seus produtos. O peixe é pescado e vendido, quando poderia ser filetado se houvesse cooperativa de beneficiamento ou empresa pública para isso. Ao se tratar o peixe, ou seja, retirar pele e vísceras, estas geralmente são descartadas, desperdiçando outra possível fonte de renda, que seria a produção de ração para animais, por exemplo.

A propaganda para consumo de peixe nacional contribuiria para alavancar o setor, pois outros subprodutos seriam ofertados em maior quantidade por impulsionar a indústria de beneficiamento do pescado, a qual tenderia a investir também no processamento de peixes de menor valor econômico, transformando-os em filés e hambúrgueres.

Propor uma cultura voltada para o consumo de peixes impulsionaria toda uma cadeia produtiva que começa na venda de petrechos para a atividade, passa pelos insumos necessários para a embarcação, aquisição de equipamentos e embarcações maiores para suportar as ondas de inverno e períodos maiores no mar, passando também pela utilização racional de cada parte do pescado, o que ativa uma indústria que lucra e agrega valor a produtos que antes nem valor teria.

Mas para além de uma cadeia produtiva linear, que entende a pesca artesanal apenas como o circuito econômico por onde se desloca o pescado, se faz necessário refletir sobre outras possibilidades de renda para o pescador e seus familiares, considerando que, como pessoas que empreendem tempo e técnica em determinado espaço poderiam acrescentar a sua renda passeios náuticos voltados para o lazer de turistas e banhistas, como também voltados para atividades culturais e educacionais, o que implicaria ajuda técnica e financeira do Estado, pois o pescador e seus familiares demonstram fragilidade para conseguir estes feitos, considerando sua escolaridade, baixo rendimento e baixa autoestima.

Mesmo após mais de 05 séculos de Brasil, por onde ocorreram sistemas de governo como monarquia, regência, império e república, a pesca artesanal permanece marginalizada. Sua única evolução tecnológica significativa foi a passagem da jangada a vela para o barco a motor na década de 1960. Num primeiro momento isto foi bastante vantajoso para os pescadores, mas já está ultrapassado.

Com a possibilidade de mudar de categoria de pesca artesanal para industrial, o pescador artesanal se encontra em outra encruzilhada histórica, onde o avanço tecnológico deve ocorrer para gerar capacidade de diversificar sua atividade econômica, considerando o espaço em que está inserido, ou seja, urbano. Pois o urbano oferece empregos mais estáveis e menos arriscados e que remuneram bem.

Sendo a pesca, seja artesanal, seja industrial, uma questão de segurança alimentar nacional, a proposição da pesca industrial para os pescadores artesanais e parentes que se interessem pelo ofício, com acompanhamento técnico e financeiro, como também fiscalização eficiente, poderia contribuir para garantir emprego, renda e produtividade.

Quanto à classificação do pescador artesanal, isto serve mais para dizer atualmente o que não é pesca lucrativa do que desenvolver políticas econômicas voltadas para alavancar a qualidade de trabalho e vida das pessoas que trabalham na atividade, inclusive, possibilidades de diversificar a atividade econômica com outras ligadas ao mar, melhorando a renda da família do pescador e garantindo rendimentos para quem quer viver do mar, porém não da pesca de forma direta, como passeios náuticos acompanhados de refeições, que agrega valor, como também mergulhos, pesca amadora, maricultura, passeios educacionais, etc.

Desta forma, pesca artesanal deve ser vista como uma das portas de entrada para atividades ligadas ao mar. A pesca artesanal não pode e nem deve ser vista ou incentivada como forma única de atividade de toda uma vida, pois o contexto espacial, social e econômico se alterou e as reflexões a cerca da pesca e do pescador devem mudar também, notadamente sobre a forma de se debruçar sobre as comunidades de pescadores tradicionais que agora são urbanas.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Ismael Xavier de; LIMA, Eduardo Viana; SASSI, Roberto. **Pescadores Artesanais e pressão imobiliária urbana: Qual o destino destas comunidades tradicionais?** - Gestão Costeira Integrada. n° 3, V 14: 429-446. 2014. doi: 10.5894/rgci482

BRASIL. Lei Federal N° 11.959, de 29 de julho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências.** Disponível on-line em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em: 10 de novembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011**. Departamento de Monitoramento e Controle – DMOC. Brasília, Brasil, 2011. Disponível on line em: [www.mpa.gov.br/...e\\_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf](http://www.mpa.gov.br/...e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf). Acesso em: 07 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2012. Disponível on-line: [http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf). Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle. **Cadeia Produtiva: Marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica**. XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador – Bahia – Brasil – 6 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1197031881.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1197031881.pdf). Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

FERGUSON, Niall. **A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental**. Planeta, São Paulo (SP), Brasil, 2013. ISBN: 978-85-422-0110-9

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. edição comemorativa: 50 anos. Companhia das Letras, São Paulo, Brasil, 2009. p. 336. ISBN: 978-85-359-1518-1

HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba**. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife, Pernambuco, Brasil, 1886. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3aherckman-1886-parahyba/herckman\\_1886\\_parahyba.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3aherckman-1886-parahyba/herckman_1886_parahyba.pdf). Acesso em 25 de abril de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010**. Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 2013. ISSN 1517-1450

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed., Brasiliense, São Paulo, Brasil, 2012. p. 362. ISBN: 851135008X.

LOPANE, Anna Rosa Maria. **Bacalhau no Brasil: um Mercado sob o Impacto da Globalização**. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Anais: Mercados Contestados - As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei. Rio de Janeiro, Brasil. 24, 25 e 26 de setembro de 2014. p. 1-18. Disponível em: [http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT04-Lopane-Bacalhau\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT04-Lopane-Bacalhau_no_Brasil.pdf)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Martins Fontes, São Paulo (SP), Brasil. 1998. p.119. ISBN: 85-336-0820-9.

MIURA, Maximiliano. **Importações e Exportações de Pescado do Estado de São Paulo entre os Anos de 2000 a 2009**. In: Análises e indicadores do Agronegócio, V. 7, nº. 6, junho/2012. ISSN: 1980-0711.

MOCHÓN, Francisco. **Princípios de economia**. Pearson Prentice Hall, São Paulo (SP), Brasil, 2007. p.328. ISBN: 978-85-7605-082-7.

SILVA, José Cornélio da. **Pesca artesanal no Litoral Norte da Paraíba: contradições e pobreza** - Recife (PE). 140p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), Brasil, 1986.

TEIXEIRA, David Romão; DIAS, Fernanda Braga Magalhães. **Filosofia e Educação**. Revista Digital do Paideia Volume 2, Número 2, p. 120-140. Outubro de 2010 – Março de 2011. ISSN 1984-9605.

Recebido em: 15/05/2015

Aprovado em: 18/06/2015